

PROGRAMA V SAÚDE ANIMAL E SANIDADE VEGETAL

Diretrizes para a Cooperação Técnica

O OUE É O IICA?

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) é o organismo especializado em agricultura do Sistema Interamericano. Suas origens datam de 7 de outubro de 1942, quando o Conselho Diretor da União Pan Americana aprovou a criação do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas.

Fundado como uma instituição de pesquisa agronômica e do ensino de pósgraduação para os trópicos, o IICA, respondendo às mudanças e novas necessidades do Hemisfério, converteu-se progressivamente em um organismo de cooperação técnica e fortalecimento institucional no campo da agropecuária. Essas transformações foram reconhecidas oficialmente com a ratificação, em 8 de dezembro de 1980, de uma nova convenção, que estabeleceu como fins do IICA estimular, promover e apoiar os laços de cooperação entre seus 31 Estados membros para a obtenção do desenvolvimento agrícola e do bem-estar rural.

Com um mandato amplo e flexível e com uma estrutura que permite a participação direta dos Estados membros na Junta Interamericana de Agricultura e em seu Comitê Executivo, o IICA conta com ampla presença geográfica em todos os países membros para responder a suas necessidades de cooperação técnica.

As contribuições dos Estados membros e as relações que o IICA mantém com 12 Países Observadores, e com vários organismos internacionais, lhe permitem canalizar importantes recursos humanos e financeiros em prol do desenvolvimento agrícola do Hemisfério.

O Plano de Médio Prazo 1987-1991, documento normativo que assinala as prioridades do Instituto, enfatiza ações voltadas para a reativação do setor agropecuário como elemento central do crescimento econômico. Em vista disso, o Instituto atribui especial importância ao apoio e promoção de ações tendentes à modernização tecnológica do campo e ao fortalecimento dos processos de integração regional e sub-regional.

Para alcançar tais objetivos o IICA concentra suas atividades em cinco áreas fundamentais, a saber: Análise e Planejamento da Política Agrária, Geração e Transferência de Tecnologia, Organização e Administração para o Desenvolvimento Rural, Comercialização e Agroindústria, e Saúde Animal e Sanidade Vegetal.

Essas áreas de ação expressam, simultaneamente, as necessidades e prioridades determinadas pelos próprios Estados membros e o ámbito de trabalho em que o IICA concentra seus esforços e sua capacidade técnica, tanto sob o ponto de vista de seus recursos humanos e financeiros, como de sua relação com outros organismos internacionais.

São Estados membros do IICA: Antígua e Barbuda, Argentina, Barbados, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Grenada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

Países observadores: Austria, Bélgica, Espanha, França, Israel, Itália, Japão, Países Baixos, Portugal, República Árabe de Egito, República de Coréia e República Federal da Alemanha.





PROGRAMA V SAÚDE ANIMAL E SANIDADE VEGETAL

Diretrizes para a Cooperação Técnica

SÉRIE DOCUMENTOS OFICIAIS No. 41

SUMÁRIO

	Página
I.	DIRETRIZES DO PLANO DE MÉDIO PRAZO 1987-19911
II.	PROBLEMÁTICA DA SAÚDE ANIMAL E DA SANIDADE VEGETAL NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE 3
III.	OBJETIVOS 7
IV.	ESTRATÉGIA 8
V.	RECURSOS E PROJETOS EM EXECUÇÃO15

-			

APRESENTAÇÃO

O Plano de Médio Prazo 1987-1991, aprovado pelos Estados membros na Terceira Reunião Extraordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA), realizada no México de 27 a 29 de outubro de 1986, confere aos Programas do IICA um papel central na ação institucional, ressaltando que os mesmos "constituem o principal instrumento para a execução da política de concentração de esforços e de liderança técnica traçada pelo IICA para o período 1987-1991 e o balizamento natural para delimitar a competência do Instituto e consertar as ações em nível regional e de país".

O citado Plano também estabelece uma série de critérios e princípios gerais para o funcionamento dos Programas e indica, de antemão, algumas diretrizes específicas para cada um dos cinco Programas aprovados:

Programa II: Análise e Planejamento da Política Agrária Programa II: Geração e Transferência de Tecnologia

Programa III: Geração e Transferência de Tecnologia
Programa III: Organização e Administração para o Desen-

volvimento Rural

Programa IV: Comercialização e Agroindústria Programa V: Saúde Animal e Sanidade Vegetal

Partindo da orientação geral assinalada no Plano de Médio Prazo, torna-se necessário dispor de um documento específico para cada Programa, que defina de maneira mais pormenorizada as diretrizes e a estratégia de ação a serem desenvolvidas em cada um deles. Isso permite oferecer uma visão mais ampla e concreta desses Programas aos Estados membros, aos doadores atuais e potenciais, aos técnicos do Instituto, a outros organismos e pessoas interessadas.

A estrutura desses documentos de "diretrizes para a cooperação dos Programas" inclui uma referência à orientação geral do Plano de Médio Prazo, a súmula dos principais problemas a serem enfrențados, a exposição dos objetivos e da estratégia operacional — que constituem a parte medular — e uma relação dos recursos humanos e financeiros disponíveis para levar a efeito as ações propostas.

> Martin E. Piñeiro Diretor-Geral

I. DIRETRIZES DO PLANO DE MÉDIO PRAZO 1987-1991

O Plano de Médio Prazo (PMP) 1987-1991, aprovado pela JIA em outubro de 1986 na Cidade do México, é o documento no qual os Estados membros — por intermédio da JIA — estabelecem as diretrizes da ação que o IICA realizará nesse período, em função dos objetivos permanentes do Instituto e das prioridades do momento na Região Americana.

Por conseguinte, as normas para a ação dos cinco Programas definidos no referido Plano devem adotar, como marco de referência, os objetivos e a estratégia geral do mesmo, bem como as recomendações específicas para os Programas previstos no PMP.

1.1 Objetivos gerais

Os objetivos gerais estabelecidos para a ação do IICA no período em questão são "estimular, promover e apoiar os esforços dos Estados membros para potencializar o desenvolvimento do setor agropecuário como principal fonte de crescimento econômico, no seu duplo papel de provedor de alimentos para consumo interno e principal fonte de divisas; intensificar a modernização e o aumento da eficiência produtiva do setor agropecuário; e avançar no processo de integração regional".

Assinala-se também que, para que isso seja possível, será necessário definir estratégias de produção, comercialização e processamento conducentes à maior valorização da produção agropecuária e à maior participação e justiça distributiva; favorecer

^{1/ &}quot;Plano de Médio Prazo 1987-1991", do IICA, aprovado pela Junta Interamericana de Agricultura em sua Terceira Reunião Extraordinária, México, Série Documentos Oficiais No. 35, 1986.

a incorporação de tecnologia para manter as vantagens comparativas e a competitividade, num âmbito de equidade na distribuição dos benefícios e de preservação dos recursos naturais; e promover ações conjuntas que facilitem a melhor utilização dos recursos disponíveis e desenvolvam a complementação produtiva e comercial.

1.2 Estratégia geral

Para alcançar seus objetivos, o PMP define uma estratégia baseada em quatro pontos:

- a) concentrar esforços e liderança técnica em reduzido número de áreas temáticas de importância crucial para os Estados membros;
- b) dar prioridade às funções e formas de ação nas quais o Instituto tenha melhores antecedentes e, por conseguinte, vantagens em relação a outros organismos:
- c) adequar sua estrutura operacional a fim de contar, por um lado, com elevada capacidade técnica concentrada nas áreas temáticas dos Programas e, por outro, com um sistema de operações descentralizado, ágil e flexível;
- d) incrementar a disponibilidade de recursos externos e a eficácia em sua utilização.

1.3 Princípios para o funcionamento dos Programas

Definindo-os como o principal instrumento para a concentração de esforços e liderança técnica, e o balizamento natural para delimitar a competência do IICA, o PMP 1987-1991 estabelece para os Programas do IICA os seguintes princípios de funcionamento:

- concentrarão seus esforços em reduzido número de "áreas temáticas de concentração" selecionadas em função da sua importância, das vantagens comparativas da Instituição e das possibilidades de produzir um impacto significativo;
- alcançarão liderança técnica e ação inovadora mediante a formação de um grupo de técnicos altamente qualificado, que promova pesquisas e reuniões profissionais,

bem como publique documentos úteis derivados de seu trabalho, e que esteja sempre aberto ao intercâmbio de experiências com os Estados membros;

- favorecerão a mobilização de recursos técnicos nacionais, potencializando o aproveitamento de técnicos dos países mediante sua participação em redes de cooperação e intercâmbio recíprocos;
- enfatizarão a procura de complementariedade com outros organismos e centros internacionais, a fim de aumentar sua eficiência e facilitar sua disponibilidade para os países da Região;
- darão prioridade à elaboração e execução de projetos multinacionais e a outras ações de cooperação que abranjam vários Estados membros, como meio de solucionar de forma integrada os problemas comuns.

Para executar tal estratégia, o PMP estebelece uma série de modificações na organização dos Programas, a saber:

- reduz-se de 10 para 5 o número de Programas;
- criam-se Direções de Programas na Sede, dotadas de um mínimo de capacidade crítica própria e com maiores atribuições (principalmente no manejo dos projetos multinacionais), e com a responsabilidade de assegurar a liderança técnica e a qualidade das ações a cargo do Programa;
- modifica-se o critério de alocação de pessoal aos Escritórios, procurando manter um contingente estável, treinado na identificação e elaboração de projetos, enquanto que o pessoal técnico especializado é transitório e vinculado à duração dos projetos específicos.

II. A PROBLEMÁTICA DA SAÚDE ANIMAL E DA SANIDADE VEGETAL NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

Os países da América Latina e do Caribe defrontam o problema que representam as doenças e pragas de animais e plantas na produção, transformação e comercialização agropecuária, limitando a disponibilidade de alimentos, fibras, peles e outros produtos.

A difícil situação econômica por que atravessa a maioria dos países da Região os vem obrigando a tomar posições mais

agressivas a fim de aumentar sua produção agropecuária, de preferência a outros campos da produção, com o objetivo de conseguir a auto-suficiência alimentar, reduzir ao máximo a importação de alimentos e incrementar a entrada de divisas mediante a exportação de produtos agropecuários de diversos tipos.

O desenvolvimento de novos projetos de produção pecuária, o aumento das áreas de cultivo e a diversificação dos mesmos no sentido da produção de culturas não-tradicionais para competir mais vantajosamente no mercado internacional têm aumentado o risco da difusão de doenças e pragas em decorrência do intercâmbio de materiais genéticos e do transporte internacional de produtos.

Além disso, existe grande número de doenças e pragas de animais e plantas cuja disseminação não respeita fronteiras, sendo necessária uma atenção contínua para prevenir e evitar sua proliferação.

Por outro lado, a maioria dos países ainda não realizou uma estimativa econômica real, em profundidade, do prejuízo causado por doenças e pragas de animais e plantas, que permita categorizá-las e caracterizá-las a fim de determinar os recursos disponíveis para seu controle no âmbito dos problemas de prioridade máxima.

Entretanto, em geral, os esforços dos governos têm sido extraordinários e se tem conseguido êxito no controle de algumas doenças e pragas de animais e plantas. Apesar disso, as limitações orçamentárias da maioria dos países tiveram como conseqüência, em alguns casos, o enfraquecimento das instituições nacionais de saúde animal e sanidade vegetal, que se viram obrigadas a reduzir sua ação com o conseqüente impacto negativo sobre a produção e a produtividade agropecuárias.

Nesse contexto, os problemas identificados como de maior importância são os seguintes:

a. Enfraquecimento institucional

A saúde animal e a sanidade vegetal nos países da América Latina e do Caribe são regidas pelo setor público, que, em grande parte, se encarrega diretamente da execução das ações.

Muitos países avançaram significativamente no desenvolvimento de instalações físicas para laboratórios, estações

de quarentena e outras similares. Não obstante, a maioria deles ainda não conseguiu consolidar sua estrutura institucional organizativa para empreender, de forma sistemática e contínua, as diversas ações que são necessárias no campo da saúde animal e da sanidade vegetal. Essa situação agravou-se nos últimos anos devido à reduzida disponibilidade de recursos operacionais e à crescente evasão de recursos humanos qualificados, que abandonam o setor público em busca de incentivos e melhores oportunidades.

b. Prejuízos econômicos causados por doenças e pragas

Tanto no campo da saúde animal como no da sanidade vegetal, foram poucos os estudos realizados na América Latina e no Caribe para determinar o impacto econômico das doenças e pragas sobre a produção e a produtividade agropecuárias, bem como a sua repercussão sobre o comércio internacional.

Consequentemente, em inúmeras ocasiões o desenvolvimento de programas de saúde animal e sanidade vegetal não se baseou em prioridades reais, o que interferiu na continuidade dos mesmos, ao desaparecerem os fatores que os motivaram.

De modo geral, pode-se dizer que as instituições nacionais não têm capacidade para desenvolver sistemas ou realizar estudos sobre prejuízos causados por doenças e pragas de animais e plantas, que lhes permitam estabelecer as prioridades para seu controle e erradicação em nível nacional, regional ou local.

c. Restrições sanitárias ao comércio internacional

A limitada informação disponível acerca da incidência e predominância de doenças e pragas de animais e plantas nos países acarreta a introdução de novos problemas sanitários em outros países, através da importação de animais, plantas e diversos produtos de origem agropecuária.

Em outros casos, medidas restritivas exageradas prejudicam o comércio internacional agropecuário ou, por

outro lado, o seu desconhecimento pode fazer fracassarem planos de diversificação das exportações.

Não existe um sistema de cobertura total, em nível internacional, que apóie os países com a informação necessária que permita a adequada adoção de medidas em matéria de saúde animal e sanidade vegetal, a fim de que possam proteger sua indústria agropecuária sem prejudicar o comércio internacional.

d. Enfraquecimento dos sistemas de defesa sanitária e de emergência

O crescimento do comércio internacional agropecuário aumentou o risco de disseminação das doenças e pragas de animais e plantas.

A facilidade com que as doenças e pragas se introduzem e disseminam no interior de um país foi repetidamente mostrada e, na maioria dos casos, seus efeitos foram desastrosos, causando enormes prejuízos às já debilitadas economias da Região.

A capacidade dos países de evitar a introdução desse tipo de doenças e pragas, e de empreender seu controle e imediata erradicação no caso de que seja rompida a primeira barreira de defesa (ou seja, o sistema de inspeção e quarentena dos portos, aeroportos e fronteiras terrestres) é variável, com uma tendência a debilitar-se nos últimos anos, o mesmo ocorrendo com os demais órgãos públicos de saúde animal e sanidade vegetal.

e. Limitada participação do setor privado nos programas de saúde animal e sanidade vegetal

Com raras exceções, é muito reduzida na América Latina e no Caribe a participação de produtores agropecuários do setor privado na promoção e apoio aos programas de saúde aninal e sanidade vegetal.

Na maioria dos casos essa situação ocorre por falta de informação adequada e oportuna do setor público aos produtores a respeito dos problemas existentes e da melhor maneira de solucioná-los.

Um estudo do IICA sobre as estruturas de comunicação social em apoio aos programas de saúde animal demonstrou que é muito limitada a capacidade dos países nesse campo, o que também ocorre na área de sanidade vegetal.

III. OBJETIVOS DO PROGRAMA

3.1 Objetivo geral

O objetivo geral do Programa de Saúde Animal e Sanidade Vegetal é o de contribuir para solucionar o problema da incidência negativa de doenças e pragas, que reduz a produção e a produtividade agropecuárias e limita a sua comercialização.

3.2 Objetivos específicos

São os seguintes os objetivos específicos do Programa:

- Cooperar no fortalecimento das estruturas organizacionais e administrativas, bem como dos sistemas operacionais das instituições nacionais, de modo a propiciar maior eficácia de suas ações em matéria de saúde animal e sanidade vegetal, e assegurar melhor aproveitamento dos recursos humanos, físicos e financeiros.
- Colaborar no sentido de prevenir, controlar ou erradicar as doenças e pragas dos animais identificadas como causa das maiores perdas na produção agropecuária e de maior risco de contaminação em nível internacional.
- Apoiar os países para conseguirem o máximo controle das doenças e pragas de animais e plantas com as mínimas restrições à sua comercialização.
- Cooperar com os países no fortalecimento dos sistemas de inspeção sanitária no tocante à movimentação internacional de animais, plantas e seus produtos, bem como instrumentar ou fortalecer os sistemas de emergência para o controle e erradicação das principais doenças e pragas exóticas de animais e plantas.

- Informar os países acerca dos novos avanços da ciência e da tecnologia no que tange às doenças e pragas de animais e plantas.
- Contribuir no sentido de incentivar a participação do setor de produtores agropecuários e indústrias afins na solução dos principais problemas de saúde animal e sanidade vegetal.
- Cooperar com as instituições nacionais para desenvolver e fortalecer, de todas as maneiras, os sistemas de comunicação social, em apoio aos serviços de saúde animal e sanidade vegetal.

IV. ESTRATÉGIA DO PROGRAMA

4.1 Diretrizes gerais

O Programa orientará a instrumentação de suas ações consoante os seguintes critérios operacionais:

a. Concentração e máxima utilização e aproveitamento dos recursos institucionais

O Programa concentrará suas ações em cinco áreas temáticas que serão descritas mais adiante, identificadas como prioritárias pelos governos da América Latina e do Caribe e para as quais o Instituto dispõe de capacidade instalada para apoiar os países em seu desenvolvimento.

Dada a limitada disponibilidade de recursos regulares para operações, procurar-se-á orientar a sua utilização no sentido da execução de atividades-chave que tenham efeito multiplicador e que dêem origem a ações concretas destinadas a fortalecer as instituições nacionais de saúde animal e sanidade vegetal, seja mediante a mobilização de recursos próprios e a utilização de recursos externos, seja aproveitando a capacidade técnica disponível em nível regional.

Para atender aos pedidos de cooperação dos países, nas áreas de concentração definidas, o Programa utilizará os seus próprios recursos de profissionais altamente qualificados em diversas disciplinas de saúde animal e sanidade vegetal. Buscará também o apoio e a colaboração dos recursos disponíveis em outros Programas do Instituto, da capacidade instalada nos Escritórios do IICA nos países e de outras unidades do Instituto, tais como o Centro de Projetos de Investimento (CEPI) e o Centro Interamericano de Documentação e Informação Agrícola (CIDIA), bem como o Centro Agronômico Tropical de Pesquisa e Ensino (CATIE).

b. Cooperação e intercâmbio horizontal

As instituições de ensino e pesquisa, bem como os serviços oficiais de saúde animal e sanidade vegetal dos países da Região, dispõem de tecnologia avançada e importantes experiências nesses campos, que podem ser aproveitadas em benefício regional.

O Programa promoverá a instrumentação de mecanismos de coordenação em nível sub-regional e regional, tais como as redes de laboratórios de saúde animal ou o Comitê de Sanidade Vegetal da Área Sul (COSAVE), entre outros, para favorecer o intercâmbio tecnológico entre os países do Hemisfério, de modo a permitir-lhes fortalecer gradativamente sua infra-estrutura própria e diminuir a necessidade de assistência externa.

Para isso, os especialistas regionais em saúde animal e sanidade vegetal desempenharão importante pepel, em primeiro lugar ajudando a identificar as possíveis áreas de cooperação conjunta; em segundo lugar, atuando como elemento de coordenação e ligação a fim de propiciar esse intercâmbio; e, finalmente, apoiando a institucionalização desses mecanismos de forma tal que os países assumam a responsabilidade de dar-lhes continuidade.

Nesse contexto, é conveniente citar a importante função que deverá assumir o Programa no sentido de organizar ou apoiar a realização de seminários, simpósios e reuniões diversas para a discussão de temas fitossanitários e zoossanitários de alcance multinacional, de modo especial os relacionados com o comércio internacional agropecuário.

Como foro de consulta permanente e como guia para a identificação e recomendação das ações prioritárias em matéria de saúde animal e sanidade vegetal, o Programa continuará favorecendo e fortalecendo a Comissão Interamericana de Saúde Animal (COINSA) e o Comitê Técnico Consultivo de Sanidade Vegetal (CTC), órgãos de que participam, respectivamente, os Diretores de Saúde Animal e Sanidade Vegetal dos Estados membros do IICA.

c. Apoio recíproco multinacional

Dada a facilidade de difusão de uma grande variedade de doenças e pragas de animais e plantas, torna-se necessária a instrumentação de ações ou projetos multinacionais destinados a identificá-las e combatê-las. A febre aftosa, o berne do gado, as moscas da fruta e a ferrugem do café são exemplos nítidos desse tipo de problema.

O Programa leva uma vantagem importante para apoiar a preparação, instrumentação e desenvolvimento desse tipo de ações e projetos, já que o Instituto tem Escritórios em todos os países da América Latina e na maioria dos países do Caribe, bem como no Canadá e nos Estados Unidos.

Sendo assim, será função do Programa colaborar com os governos no delineamento e desenvolvimento desse tipo de ações destinadas a solucionar os problemas fitossanitários e zoossanitários que possam afetar dois ou mais países e, por conseguinte, têm impacto multinacional.

d. Coordenação interagencial

Uma grande variedade de organismos e instituições internacionais, regionais e sub-regionais, de cooperação técnica e financeira, realiza ações nos campos da saúde animal e sanidade vegetal na Região.

Há muitos anos, vêm sendo envidados esforços para melhorar a coordenação entre essas agências, a fim de, por um lado, evitar a duplicação de atividades e, por outro, ensejar a complementação e o desenvolvimento de ações cooperativas conjuntas, em busca de maior benefício para os países.

O Programa continuará a propiciar essa coordenação e ação cooperativa com outras agências, utilizando principalmente os dois mecanismos já estabelecidos, a saber: o Grupo Interamericano de Coordenação em Sanidade Vegetal e a Reunião Anual de Consulta de Organismos Internacionais de Cooperação Técnica em Saúde Animal e Sanidade Vegetal das Américas.

Entre as instituições que fazem parte desses grupos e com as quais o Programa mantém e continuará a manter estreita relação, destacam-se a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), o Organismo Internacional Regional de Sanidade Agropecuária (OIRSA), a Junta do Acordo de Cartagena (JUNTA), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPS), o Escritório Internacional de Epizootias (OIE) e a Organização Norte-Americana de Proteção das Plantas (NAPPO).

Além das relações com essas instituições, o Programa continuará a fortalecer seus laços de coordenação com as associações científicas e profissionais, e seu apoio às mesmas, cujas ações se desenvolvem no âmbito da saúde animal e sanidade vegetal. Entre elas, destacam-se: a Associação Pan-Americana de Ciências Veterinárias, a Organização de Nematólogos dos Trópicos Americanos e a Associação Latino-Americana de Fitopatologia.

4.2 Áreas de concentração temática

O Programa desenvolverá suas ações no âmbito das cinco áreas de concentração apresentadas a seguir, em cada uma das quais foram identificadas atividades específicas:

a. Fortalecimento das estruturas institucionais para a saúde animal e a sanidade vegetal

No âmbito dessa área de concentração realizar-se-ão estudos das estruturas organizacionais, administrativas e operacionais dos serviços de saúde animal e sanidade vegetal dos países e, com base nos mesmos, desenvolver-se-ão modelos de organização e operação levando

em conta os sistemas que se mostraram mais efetivos. Com esses modelos, prestar-se-á apoio aos países no sentido de introduzir em suas estruturas as mudanças que julgarem necessárias para o melhor acompanhamento de seus programas sanitários.

Ao mesmo tempo, dispensar-se-á apoio aos governos na identificação, elaboração e execução de projetos com recursos externos, tanto em nível nacional como multinacional, que contribuam para o fortalecimento de suas estruturas organizacionais e funcionais, no sentido de conseguir maior eficácia na prevenção e controle das doenças e pragas.

De igual maneira, cooperar-se-á com os países na revisão, análise e atualização da legislação sobre saúde animal e sanidade vegetal, e apoiar-se-á sua harmonização em nível sub-regional e regional, quando for o caso.

Como uma das ações principais, colaborar-se-á na avaliação contínua dos serviços de laboratório de saúde animal e sanidade vegetal, e cooperar-se-á com os países para o fortalecimento desses laboratórios, buscando-se a unificação de critérios para a realização e interpretação de suas técnicas. Nesse campo, favorecer-se-á a instrumentação e o desenvolvimento de redes nacionais e regionais de laboratórios, como mecanismo para melhor utilização desses serviços e de seus recursos. Por outro lado, estimular-se-ão as ações de pesquisa e transferência de tecnologia destinadas a solucionar os problemas prioritários que prejudicam o progresso das atividades de saúde animal e sanidade vegetal, e a facilitar o acesso adequado dos serviços nacionais aos últimos avanços tecnológicos relacionados com a prevenção e controle das doenças e pragas.

b. Avaliação de prejuízos econômicos resultantes das principais doenças e pragas

No âmbito dessa área de concentração, o Programa avaliará os diferentes sistemas em uso nos diversos países e as experiências existentes a respeito da matéria, para a determinação dos prejuízos econômicos resultantes de doenças e pragas de animais e plantas.

Com base nessa revisão, desenvolver-se-á um modelo de sistema que possa ser adaptado às condições dos países da América Latina e do Caribe, e promover-se-á sua instrumentação mediante seminários e reuniões de trabalho, com a participação das autoridades competentes dos países, para discutir pormenores a respeito desse modelo e a melhor forma de implantá-lo e aplicá-lo.

Nos países interessados, realizar-se-ão projetos-piloto para o desenvolvimento do sistema, apoiados com financiamento externo. Para a capacitação de pessoal, recorrer-se-á a instrutores de países cujos sistemas já estejam em grau mais avançado.

Na instrumentação dos sistemas de avaliação dos prejuízos econômicos resultantes de doenças e pragas, levarse-ão em conta os sistemas de informação em matéria de saúde animal e sanidade vegetal vigentes tanto em nível nacional como internacional, procurando complementálos e fortalecê-los com a nova informação gerada.

Com base na informação obtida dos sistemas de avaliação de prejuízos econômicos, prestar-se-á apoio aos países na identificação, preparação, negociação do financiamento e execução de projetos nacionais e multinacionais, de acordo com as prioridades estabelecidas.

Além disso, fortalecer-se-ão os laboratórios de saúde animal e sanidade vegetal, levando em conta o papel importante que estes desempenham no desenvolvimento dos estudos a respeito dos prejuízos decorrentes das doenças e pragas.

c. Assessoria aos países para superar as restrições que prejudicam o comércio internacional

Nessa área, o Programa, juntamente com o Programa de Comercialização e Agroindústria, realizará ações para manter os países informados a respeito das práticas e tendências do mercado agropecuário internacional e sua relação com os problemas e restrições fitossanitários e zoossanitários, com o objetivo de proteger os recursos agropecuários desses países sem impor restrições desnecessárias ao comércio.

Como parte desse esquema, estudar-se-á a forma de implementar um sistema de informação fitossanitária em nível hemisférico, bem como a publicação de um manual de praguicidas, em nível interamericano.

No campo da saúde animal, prestar-se-á apoio no sentido da extensão do sistema de informações zoossanitárias do Escritório Internacional de Epizootias a todos os Estados membros do IICA, e continuar-se-á a preparar e atualizar o Compêndio Interamericano de Produtos Veterinários.

Simultaneamente, colaborar-se-á na organização de reuniões e foros de consulta para discutir os aspectos sanitários relacionados com o comércio internacional de animais, plantas e seus produtos.

d. Fortalecimento dos sistemas de defesa sanitária e de emergência

No âmbito dessa área de concentração, o Programa apoiará os países no delineamento e instrumentação de mecanismos que permitam a execução de ações imediatas em casos de surtos de doenças e pragas de animais e plantas com alto risco de contaminação.

Para tal fim, promover-se-á o estabelecimento de um centro de referência de doenças exóticas de animais e plantas para a América Latina e o Caribe, por intermédio do qual se desenvolvam metodologias para o combate dessas enfermidades, bem como para a capacitação do pessoal responsável pelos programas de emergência. Esse centro contará com um banco de dados sobre doenças e pragas exóticas a fim de prestar serviço oportuno aos países que o necessitarem.

O Programa também cooperará com as instituições nacionais na avaliação contínua dos sistemas de inspeção e quarentena fitossanitária e zoossanitária em aeroportos internacionais, portos marítimos e fronteiras terrestres, bem como em diversas ações destinadas a fortalecer tais serviços.

e. Fomento à participação do setor privado nos programas de saúde animal e sanidade vegetal

Nesse campo, o Programa apoiará o desenvolvimento de modelos de organização de grupos ou associações do setor público e privado, para discussão e busca de soluções aos problemas de saúde animal e sanidade vegetal, colaborando com os países que estejam dispostos a estabelecê-los.

Ao mesmo tempo, desenvolver-se-ão modelos para a organização e operação de unidades de comunicação social destinadas a apoiar os programas de saúde animal e sanidade vegetal, e promover-se-á sua instrumentação nos países que não disponham desse tipo de serviço.

V. RECURSOS E PROJETOS EM EXECUÇÃO

5.1 Recursos humanos

No Quadro 1 apresenta-se a relação do pessoal profissional internacional alocado no Programa V.

A organização funcional do Programa consiste em um Diretor de Programa, um Diretor Adjunto de Saúde Animal e um Diretor Adjunto de Sanidade Vegetal, lotados no Escritório Central do Instituto.

Além deles, há quatro especialistas sub-regionais em saúde animal e quatro em sanidade vegetal, que estão lotados em cada uma das quatro áreas geográficas do Instituto, a saber: Central, Caribe, Andina e Sul, e que estão encarregados de projetos multinacionais específicos, assim como da coordenação e relacionamento com instituições afins.

Dependendo diretamente dos Escritórios Nacionais do IICA onde estiverem circunscritos, conta-se com um número variável de especialistas em saúde animal e sanidade vegetal, que têm a seu cargo projetos nacionais específicos, financiados por recursos regulares ou externos. Esses especialistas recebem apoio técnico da Direção do Programa V.

5.2 Projetos em execução

No Quadro 2 figura a lista dos projetos em execução em 1987 bem como dos que serão executados no biênio 1988-1989. Nele também se apresenta a relação de projetos cujos recursos ainda se encontram em fase de negociação.

Dos projetos em execução, três dependem da Direção do Programa e são diretamente por ela manejados. Seis deles são projetos multinacionais que foram atribuídos à Direção do Programa, da qual recebem orientação, apoio e supervisão técnica. Todos os projetos mencionados são financiados basicamente com recursos regulares, mesmo quando dependem, em parte, de certos recursos externos para ações específicas.

O Programa abrange um total de 16 projetos nacionais, dos quais sete se referem a saúde animal e nove a sanidade vegetal. Desses nove, cinco foram financiados total ou parcialmente em 1987 com recursos externos, e os outros quatro contarão com recursos externos no biênio 1988-1989.

Dos citados projetos nacionais, três correspondem à Área Central, cinco à do Caribe, dois à Andina e seis à Sul.

Com o apoio dos Escritórios Nacionais do IICA, a Direção do Programa V está negociando recursos externos para cinco projetos, dos quais três serão de caráter multinacional e dois de nível nacional.

QUADRO 1 PESSOAL PROFISSIONAL INTERNACIONAL DO PRO-GRAMA DE SAÚDE ANIMAL E SANIDADE VEGETAL

Sobrenome	Nome	Profissão	Cargo no IICA	Sede
Mussman	Harry	Médico Veterinário	Diretor do	Escritório Centra
		PhD	Programa V	
Campos	Héctor	Médico Veterinário	Diretor Adjunto	Escritório Centra
		Zootecnista	de Saúde Animal	
Dao	Federico	Engenheiro Agrônomo	Diretor Adjunto de	Escritório Centra
		PhD	Sanidade Vegetal	
Alexander	Franz	Médico Veterinário	Especialista em	Santa Lúcia
		MS	Saúde Animal	
Amelingmeir	Robert	Médico Veterinário	Especialista em	Haiti
			Extensão	
Bedoya	Michael	Médico Veterinário	Especialista em	Brasil
		Zootecnista PhD	Saúde Animal	
Brathwaite	Chelston	Engenheiro Agrônomo	Especialista em	Trinidad e
		PhD	Fitopatologia	Tobago
Castagnino	Dante	Médico Veterinário	Especialista em	Venezuela
			Saúde Animal	
Delgado	Julio	Engenheiro Agrônomo	Especialista em	México
		PhD	Fitopatologia	
Dugas	Raymond	Médico Veterinário	Especialista em	Argentina
		MS	Saúde Animal	
Esparza	Javier	Engenheiro Agrônomo	Especialista em	Chile
		PhD	Saúde Vegetal	
García	Alfonso	Engenheiro Agrônomo	Especialista em	Argentina
		PhD	Sanidade Vegetal	
Jara	Benjamín	Médico Veterinário	Especialista em	Escritório Centra
		Zootecnista	Saúde Animal	
Montoya	Ramón	Engenheiro Agrônomo	Especialista em	Guatemala
	ĺ	MS	Sanidade Vegetal	
Pérez	Edwin	Médico Veterinário	Especialista em	Guatemala
			Saúde Animal	
Sequeira	Julio	Engenheiro Agrônomo	Especialista em	Peru
			Sanidade Vegetal	

QUADRO 2 PROJETOS EM EXECUÇÃO

						Cus	Custos (em milhares de US\$)	lhares d	(\$ SO •
		1987			1988			1989	
III OCO DO INSTROMENTO	Regulares	Externos	Total	Regulares Externos	Externos	Total	Regulares	Externos	Total
A. PROJETOS EM EXECUÇÃO 1. Da Direção do Programa									
Condução e promoção de pro- inter do Bronna V	348,0	0,09	408,0	315,4	1	315,4	331,8	i	331,8
Fundo de emergência em saú- poimal e capidade capatal	30,0	1	30,0	0,001	1	100,0	100,0	1	100,0
estudos de prejuízos econômicos causados por doenças e pragas de animais e plantas			ł	12,0	- 1	12,0	12,0	- 1	12,0
2. Multinacionais atribuídos à Dire-									
Fortalecimento dos Serviços de Laboratório de Saúde Animal e de Vigilância Epidemiológica nos países das Áreas	207,8	1	207,8	321,5	1	321,5	340,3		340,3
Central, Andina e Sul Estabelecimento de um sistema de informação e desenvolvimento de novos projetos em	109,2	22,3	131,5	56,8	ł	56,8	64,2	1	64,2
eade airment of Carlos - Fortaleciment of acapacidade técnica para facilitar o inter- câmbio regional de produtos e insumos agrícolas na Área Central	110,5	1	110,5	114,5	1	114,5	119,8	1	119,8

_
6
ŧΦ
깢
9
z
₹
Ξ
ਨ
~~
⋍
2
0
ሯ
=
Ų
⋖
_

Custos (em milhares de US\$)

CTMEMICE OF CHAPT		1987			1988			1989	
I OCO DO INSTRUMENTO	Regulares Externos Total	Externos	Total	Regulares Externos	Externos	Total	Regulares Externos	Externos	Total
 Fortalecimento da capacidade quarentenária para facilitar o intercâmbio regional de pro- dutos e insumos agrícolas na 	7'66	1	7'66	49,1	1	1,64	54,8	1	54,8
Area do Caribe Apoio para o estabelecimento de um sistema de manejo integrado das moscas da fruta	86,7	1	86,7	100,0	l	100,0	105,0	1	105,0
na Área Andina — Apoio à integração regional para a cooperação fitossanitá- ria entre os países da Área Sul	93,7	i	93,7	9,19	1	91,9	96,2	1	96,2
3. Projetos nacionais									
ÁREA CENTRAL Gustemala — Cooperação técnica para o fortalecimento institucio par do Programa de Sacida Animal	1	381,0	381,0	}	124,8	124,8	1	ļ	1
México — Fortalecimento dos serviços de laboratório de saúde ani-	44,0		0,44	42,8	- 1	42,8	47,7	-1	47,7
Máxico — Apoio para o melhora- mento da capacidade técnica e operacional da DGSPAF e do INIFAP na solução dos proble- mas quarentenários e fitossani- tários na região tropical	64,4	1	64,4	22,0	1	22,0	22,0	1	22,0

QUADRO 2 (Continuação)						Cus	Custos (em milhares de US\$)	ilhares de	(\$SD
		1987			1988			1989	
TIOLO DO INSTRUMENTO	Regulares	Externos	Total	Regulares Externos	Externos	Total	Regulares Externos	Externos	Total
ÁREA CARIBE Dominica — Fortalecimento da capacidade quarentenária para fa-	31,4	1	31,4	0,7	1	0,7	7,0	1	2,0
cilitar o intercâmbio regional de produtos e insumos agrícolas Grenada — Fortalecimento da capacidade quarentenária para	6'99	1	56,9	0′2		7,0	7,0		7,0
facilitar o intercâmbio regional de produtos e insumos agrícolas Haiti — Repovoamento porcino	1	1732,3	1732,3	1	803,9	803,9	}	381,7	381,7
e saude animal Santa Lúcia — Fortalecimento da canacidade quarentenária para fa-	45,7	1	45,7	43,7	!	43,7	46,2	!	46,2
cilitar o intercâmbio regional de produtos e insumos agrícolas Suriname — Apoio ao controle de doenças e pragas de dendê e coco	15,0		15,0	0'99	1	0′99	1,17	1	1,17
ÁREA ANDINA Equedor — Apoio para a preven-	1	ļ		20,0	i	20,0	21,0	1	21,0
cao e controle da <i>sigatoka</i> negra Venezuela — Fortalecimento do Programa de Saúde Animal da Direção-Geral de Desenvolvimen- to Pecuário do MAC	4,4	231,7	297,1	74,4	195,5	269,9	75,6	232,4	308,0

QUADRO 2 (Continuação)						Cus	Custos (em milhares de US\$)	ilhares de	(\$ SD :
		1987			1988			1989	
TITULO DO INSTRUMENTO	Regulares	Regulares Externos Total	Total		Externos	Total	Regulares Externos Total Regulares Externos Total	Externos	Total
AREA SUL Argentina — Cooperação técnica para o fortalecimento dos serviços	1		1	0,0	÷ı	6,0	7,0	÷I	7,0
de saude animal Brasil – Cooperação técnica em	76,2	. 9,22	131,8	1,08	55,6 1	135,7	84,2	55,7	139,9
Saude animal Brasil — Apolo para o estabelecimento de um sistema de manejo integrado de problemas fitossani-	-		!	10,0	- 1	10,0	16,0	- 1	16,0
Chile — Cooperação técnica para forta- lecar os programas nacionais de sanida-	79,1	1	79,1	77,4	1	77,4	77,4	1	77,4
de Vegetal Chile — Cooperação técnica para o fortale- cimento dos programas de proteção pe-		≒ 1	!	6,0	=1	6,0	7,0	- 1	0′2
Ungusi — Fortalecimento institucional da Direção de Sanidade Vegetal do MGAP	1	45,0	1		71	1	1	- 1	1

QUADRO 3 PROJETOS COM RECURSOS EM FASE DE NEGOCIAÇÃO

Montante estimado em milhares de US\$

	Título do projeto	Fonte de financiamento	1988	1969
1	 Avaliação de prejuízos causados por doenças e pragas de animais e plantas no Caribe 	ACDI – Canadá	128,1	65,1
1		BID	1198,9	1198,9
ı		ı	ı	I
ı	Fortalecimento dos serviços de saúde animal no Haiti	ACDI – Canadá	128,1	65,1
ı	Fomento do gado e saúde animal de Honduras	BID	200,0	200,0

1 Projeto em revisão pelos governos.

NÚMEROS PUBLICADOS NA SÉRIE DE DOCUMENTOS OFICIAIS

Doc.
Nº

1	Plano Geral do IICA
	(1970 - espanhol e inglês)

- 2* Comissão Assessora (1970 espanhol e inglês)
- 3* Resoluções do CIES sobre Desenvolvimento Rural (1971 espanhol)
- Décima Primeira Reunião Anual da Junta Diretora San Salvador, El Salvador, 5 a 9 de maio de 1972
 (espanhol e inglês)
- Sexta Conferência Interamericana de Agricultura Lima, Peru, 27 de maio a 2 de junho de 1971 (espanhol)
- 6* Décima Segunda Reunião Anual da Junta Diretora Santiago, Chile, 10 a 13 de maio de 1973. (espanhol e inglês)
- 7 Principais Resoluções da Junta Diretora Washington, D.C., Período: 1962-1972 (espanhol e inglês)
- Décima Terceira Reunião Anúal da Junta Diretora Caracas, Venezuela, 16 a 18 de maio de 1974.
 (espanhol e inglês)

^{*} Edição esgotada.

- 9* Décima Quarta Reunião Anual da Junta Diretora Ottawa, Canadá, 6 a 9 de maio de 1975 (espanhol e inglês)
- 10* Implementação do Plano Geral do IICA. Elementos para sua Análise (1976 – espanhol e inglês)
- 11 Décima Quinta Reunião Anual da Junta Diretora Washington, D.C., 6 a 12 de maio de 1976. (espanhol e inglês)
- 12* Regulamentos e Normas do Fundo Simón Bolívar (1977 espanhol e inglês)
- Décima Sexta Reunião Anual da Junta Diretora Santo Domingo,
 República Dominicana, 11 a 19 de maio de 1977.
 (espanhol e inglês)
- 14* Sétima Conferência Interamericana de Agricultura Tegucigalpa, Honduras, 5 a 10 de setembro de 1977 (espanhol e inglês)
- 15* Plano Indicativo de Médio Prazo. O IICA nos próximos cinco anos. (1977 espanhol e inglês)
- Décima Sétima Reunião Anual da Junta Diretora Assunção, Paraguai, 22 a 24 de maio de 1978 (espanhol e inglês)
- 17* Décima Oitava Reunião Anual da Junta Diretora La Paz, Bolívia, 14 a 16 de maio de 1979 (espanhol e inglês)
- 18 Décima Nona Reunião Anual da Junta Dîretora México, D.F., 22 a 26 de setembro de 1980 (espanhol e inglês)
- 19 Principais Resoluções da Junta Diretora Washington, D.C., Período: 1973-1980 (espanhol e inglês)
- Primeira Reunião Extraordinária da Junta Interamericana de Agricultura San José, Costa Rica, 17 a 19 de fevereiro de 1981 (espanhol e inglês)
- 21 Oitava Conferência Interamericana de Agricultura Santiago, Chile, 6 a 11 de abril de 1981 (espanhol e inglês)

^{*} Edição esgotada.

- 22rev. Documentos Fundamentais: Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; Regulamentos da Junta Interamericana de Agricultura, do Comitê Executivo e da Direção-Geral (1984 - português, espanhol, inglês e francês)
- 23 Resoluções adotadas pela Junta Diretora do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas que continuam em vigor nesta data (1984 português, espanhol, inglês e francês)
- Primeira Reunião Ordinária do Comitê Executivo e da Junta Interamericana de Agricultura San José, Costa Rica, 9 a 12 de junho de 1981, e Buenos Aires, Argentina, 7 a 13 de agosto de 1981 (espanhol e inglês)
- 25 Segunda Reunião Ordinária do Comitê Executivo San José, Costa Rica, 12 a 17 de setembro e 25 a 26 de outubro de 1982 (português, espanhol, inglês e francês)
- 26 Segunda Reunião Extraordinária da Junta Interamericana de Agricultura San José, Costa Rica, 27 a 29 de outubro de 1982 (português, espanhol, inglês e francês)
- 27 Políticas Gerais do IICA (1982 – português, espanhol, inglês e francês)
- 28 Plano de Médio Prazo 1983-1987 (1982 - português, espanhol, inglês e francês)
- 29 Segunda Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura Kingston, Jamaica, 24 a 28 de outubro de 1983 (português, espanhol, inglês e francês)
- 30 Quarta Reunião Ordinária do Comitê Executivo San José, Costa Rica, 2 a 7 de dezembro de 1984 (português, espanhol, inglês e francês)
- 31 Quinta Reunião Ordinária do Comitê Executivo San José, Costa Rica, 29 de julho a 2 de agosto de 1985 (português, espanhol, inglês e francês)
- 32 Terceira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura, Montevidéu, Uruguai, 21 a 25 de outubro de 1985 (português, espanhol, inglês e francês)
- 33 Sexta Reunião Ordinária do Comitê Executivo San José, Costa Rica, 13 a 17 julho de 1986 (português, espanhol, inglês e francês)
- Terceira Reunião Extraordinária da Junta Interamericana de Agricultura – México, D.F., México, 27 a 29 de outubro de 1986 (português, espanhol, inglês e francês)

- 35 Plano de Médio Prazo 1987-1991 (1986 português, espanhol, inglês e francês)
- Sétima Reunião Ordinária do Comitê Executivo San José, Costa Rica, 15 a 17 de junho de 1987 (português, espanhol, inglês e francês)
- Programa II: Geração e Transferência de Tecnologia. Diretrizes para a Cooperação. (português, espanhol, inglês e francês)
- Programa I: Análise e Planejamento da Política Agrária. Diretrizes para a Cooperação.

 (português, espanhol, inglês e francês)
- Programa III: Organização e Administração para o Desenvolvimento Rural. Diretrizes para a Cooperação, setembro de 1987 (português, espanhol, inglês e francês)
- 40 Programa IV: Comercialização e Agroindústria. Diretrizes para a Cooperação, setembro de 1987 (português, espanhol, inglês e francês)
- 41 Programa V: Saúde Animal e Sanidade Vegetal. Diretrizes para a Cooperação, setembro de 1987 (português, espanhol, inglês e francês)

NOTA: As publicações disponíveis podem ser obtidas no seguinte endereço

Direção para a Coordenação de Assuntos Institucionais Escritório Central do IICA Apartado 55 – 2200 Coronado San José, Costa Rica A edição e publicação deste documento é da responsabilidade da Direção para a Coordenação de Assuntos Institucionais do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

Participaram desta edição funcionários da dita Direção, do Serviço Editorial, do Escritório do IICA no Brasil e da Gráfica do IICA.

Concluiu-se esta impressão no mês de março de 1988, com uma tiragem de 150 exemplares.



